

O Vereador Darlan A. Messer, do PP, saudou a todos e disse que gostaria de primeiramente agradecer a seus colegas Vereadores que, há quase um ano, aprovaram a sua solicitação para viajar a Brasília, a fim de buscar recursos e, da mesma forma, não menos importante, agradecer ao Vereador e atual candidato a Deputado João Braun que o convidou para viajar com ele, quando abriram muitas portas, com certeza. Informou que, há um mês, recebeu a notícia, via assessor do Deputado Federal, Afonso Hamm, de que uma emenda de cem mil reais estava na conta da prefeitura, por meio do fundo municipal de saúde, para ações de manutenção e custeio da ação primária de saúde do Município de Colinas. Desta forma, agradeceu o Deputado Federal Afonso Hamm, e disse que o povo de Colinas e ele agradecem muito pela conquista e por lembrar-se deste pequeno Município. Comentou que vale sempre lembrar que uma viagem a Brasília não é passeio, diferente do que muitos pensam, são horas de traslado, são dias cansativos, são momentos de aprendizado, são portas que se abrem e fecham a cada instante, é preciso muita persistência e vontade de bater em cada gabinete, vender o Município e solicitar apoio. Novamente agradeceu aos colegas Vereadores, Vereador João Braun e Deputado federal Afonso Hamm por lhe proporcionar mais esta conquista e que venham muitas outras. Salientou que, outro assunto que gostaria de abordar, trata-se do projeto de lei de número quarenta e três, referente à alteração salarial de cargos de provimento efetivo e adaptação necessária na estrutura dos cargos de direção, chefia e assessoramento na administração municipal de Colinas. Explicou que no quadro de cargos de servidores efetivos foram ajustados alguns padrões e coeficientes, a fim de reajustar os salários por conta de uma defasagem. Disse que poderia citar todos os cargos ajustados, mas citará alguns exemplos, como o cargo de pedreiro, para o qual existem duas vagas em aberto e não há nenhuma preenchida, questionando qual o pedreiro que recebe menos de dois mil seiscentos e setenta e um reais na iniciativa privada, pois qualquer um ganha mais que isso facilmente. Comentou ser este um dos problemas que as prefeituras enfrentam e precisam se adaptar, assim como eletricitista, recebe facilmente mais do que o nosso padrão salarial na iniciativa privada. Falou que, por isso, reforça que se trata de uma adequação salarial, baseada em padrões salariais municipais, lembrando que não interfere em nada no reajuste anual de janeiro, que o servidor perdeu por conta de uma pandemia e não por o Município não querer repassar. Já nos casos de CCs, disse saber que muitos se perguntam por que tem reajuste de sessenta e seis por cento num caso, de vinte e cinco por cento em outro caso. Explicou que, se tratando do primeiro caso, é ilusão, pois ele está sendo ocupado por uma pessoa concursada, que recebe referente a sua função de auxiliar administrativo e mais o FG, referente a atividades extras de confiança, pois assumiu o cargo de coordenador do departamento de licitações e compras, sendo assim, o reajuste dessa pessoa é de apenas o FG. Falou que quando foi citado sessenta e seis por cento, se refere ao caso dessa pessoa concursada sair e tiver a necessidade de contratar outra pessoa para assumir essas atribuições e responsabilidades, que não são poucas. Comentou que no outro caso se trata de uma igualdade de salários, nos cargos de coordenadores, uma vez que outros coordenadores recebem o salário de quatro oitocentos e cinquenta e seis e o cargo de coordenador de meio ambiente, não menos importante que os demais, estava defasado. Salientou que, quando diz que não é menos importante, é porque realmente procurou se informar das atribuições e responsabilidades deste cargo perante o Ministério Público, ainda mais nesta cidade, que depende praticamente cem por cento da agricultura. Disse que, como falou anteriormente, se tratam de ajustes necessários que precisam ser avaliados a cada cinco, seis anos, em sua opinião. Falou se colocar a disposição de todos para maiores explicações, pois foi atrás e procurou entender o caso. Explicou que gostaria de deixar claro que, por ser situação, não precisam estar sempre de acordo com tudo, mas da mesma forma, não gostaria de prejudicar os outros quarenta e dois servidores por

duas situações isoladas. Disse que são quarenta e dois servidores que tem família, tem suas contas e se doam ao serviço público.